

I - manter, sempre, no mínimo, 2 (dois) membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência ou impedimento do servidor designado como fiscal, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita imediatamente junto ao Gestor do Contrato.

§1º - O Fiscal atuante que verificar situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro,16 de setembro de 2024

JOSÉ ANTONIO PAULO FONSECA
Diretor Executivo e de Planejamento

Id: 2596757

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 96 DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

cria comissão para a gestão e fiscalização do contrato INEA Nº 13/2024, e dá outras providências.

O DIRETOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019;

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congêneres celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-070002/005999/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA Nº. 13/2024, firmado com a empresa OMEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA., tendo como objeto a “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS LOCALIZADOS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO BAIXO PARAÍBA DO SUL E ITABAPOANA (RH IX) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO”

Art. 2º - Designar o servidor Rodolfo da Rocha Varize, Chefe de Serviço, ID 5143197-1, como Gestor do Contrato; os servidores Maria Verônica Pena de Castro, Adjunto II, ID funcional nº 5094827-0 e Haylander Novaes de Santa Rita, Adjunto II, ID 5100093-8 como Fiscais do Contrato; o servidor Andre Leal de Albuquerque, Assessor III, ID 5145003-8 , como Suplente do Gestor e da Comissão de Fiscalização

Art. 3º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 4º - Fica autorizado o início da execução dos serviços a partir da vigência da presente Portaria, cuja comunicação deste ato à contratada deverá ser efetivamente encaminhada pelo Gestor do Contrato.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar do dia 17/09/2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro,19 de setembro de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental

Id: 2596745

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 97 DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

cria comissão para a gestão e fiscalização do contrato INEA Nº 10/2024, e dá outras providências.

O DIRETOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019;

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congêneres celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-070002/005996/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA Nº. 10/2024, firmado com a empresa CONSTRUTORA RJL2 LTDA., tendo como objeto a “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DE PIABANHA (RH IV) E RIO DOIS RIOS (RH VII) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

Art. 2º - Designar a servidora Raiene Flávia dos Santos Madeira, As-

essor I, ID Nº 5128485-5, como Gestor do Contrato; os servidores Jorge Luiz Coutinho Marcucci, Técnico em Engenharia Civil, ID Nº 5119043-7 e Matheus Lustosa de Albuquerque, Assessor III, ID Funcional ID Nº 5136561-8 , como Fiscais do Contrato; o servidor Felipe Coelho da Silva, Assistente II, ID Funcional Nº 5154921-2, como Suplente do Gestor e da Comissão de Fiscalização.

Art. 3º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 4º - Fica autorizado o início da execução dos serviços a partir da vigência da presente Portaria, cuja comunicação deste ato à contratada deverá ser efetivamente encaminhada pelo Gestor do Contrato.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar do dia 17/09/2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro,19 de setembro de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental

Id: 2596746

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 98 DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

cria comissão para a gestão e fiscalização do contrato INEA Nº 14/2024, e dá outras providências.

O DIRETOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019;

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congêneres celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor(a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-070002/005994/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA nº. 14/2024, firmado com a empresa DEZOITO DEZOITO SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA., tendo como objeto a “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DA BAÍA DE ILHA GRANDE (RH I) E GUANDU (RH II) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

Art. 2º - Designar o servidor Alvaro Gomes de Pinho Junior, Assessor III, ID 5143721-0, como Gestor do Contrato; os servidores Andre Leal de Albuquerque, Assessor III, ID 5145003-8 e Alex Paulo de Oliveira, Adjunto II, ID 5136488-3, como Fiscais do Contrato; o servidor Haylander Novaes de Santa Rita, Adjunto II, ID 5100093-8, como Suplente do Gestor e da Comissão de Fiscalização.

Art. 3º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 4º - Fica autorizado o início da execução dos serviços a partir da vigência da presente Portaria, cuja comunicação deste ato à contratada deverá ser efetivamente encaminhada pelo Gestor do Contrato.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar do dia 17/09/2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro,19 de setembro de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Republikado por incorreção no original publicado no D.O. de dia 26/09/2024

Id: 2596747

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 99 DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

cria comissão para a gestão e fiscalização do contrato INEA Nº 09/2024, e dá outras providências.

O DIRETOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019. PROCESSO SEI-070002/005995/2024

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congêneres celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-070002/005995/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA nº. 09/2024, firmado com a empresa ENGESAN ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA., tendo como objeto a “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS LOCALIZADOS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL (RH III) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

Art. 2º - Designar o servidor Jorge Luiz Coutinho Marcucci, Técnico em Engenharia Civil, ID Funcional nº 5119043-5, como Gestor do

Contrato; os servidores Tailan Marinho Guimarães, Adjunto II, ID Funcional nº 5139945- 8 e Felipe Coelho da Silva, Assistente II, ID Funcional nº 5154921-2, como Fiscais do Contrato; o servidor Matheus Lustosa de Albuquerque, Assessor III, ID Funcional nº 5136561-8, como Suplente do Gestor e da Comissão de Fiscalização.

Art. 3º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 4º - Fica autorizado o início da execução dos serviços a partir da vigência da presente Portaria, cuja comunicação deste ato à contratada deverá ser efetivamente encaminhada pelo Gestor do Contrato.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar do dia 17/09/2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro,19 de setembro de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental

Id: 2596749

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 100 DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

cria comissão para a gestão e fiscalização do contrato INEA Nº 11/2024, e dá outras providências.

O DIRETOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019;

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congêneres celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-70002/005997/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA nº. 11/2024, firmado com a empresa HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA., tendo como objeto a “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS LOCALIZADOS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA (RH V) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO”

Art. 2º - Designar o servidor Ricardo José Ferreira, Adjunto II, ID Funcional Nº 4347163-3, como Gestor do Contrato; os servidores Alvaro Gomes de Pinho Junior, Assessor III, ID Funcional Nº 5143721-0 e Andre Leal de Albuquerque, Assessor III, ID Funcional Nº 5145003-8, como Fiscais do Contrato; o servidor Rodolfo da Rocha Varize, Chefe de Serviço, ID Funcional Nº 5143197-1, como Suplente do Gestor e da Comissão de Fiscalização.

Art. 3º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 4º - Fica autorizado o início da execução dos serviços a partir da vigência da presente Portaria, cuja comunicação deste ato à contratada deverá ser efetivamente encaminhada pelo Gestor do Contrato.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar do dia 17/09/2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental

Id: 2596750

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 101 DE 19 DE SETEMBRO DE 2024

cria comissão para a gestão e fiscalização do contrato INEA Nº 12/2024, e dá outras providências.

O DIRETOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019;

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congêneres celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-070002/005998/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA nº 12/2024, firmado com o CONSÓRCIO LAZARUS-EDPW., tendo como objeto a “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS MARGENS DOS CORPOS HÍDRICOS LOCALIZADOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS LAGOS SÃO JOÃO (RH VI) E MACAÉ E DAS OSTRAS (RH VIII) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO”

Art. 2º - Designar o servidor Tailan Marinho Guimarães, Adjunto II, ID Funcional Nº 5139945-8, como Gestor do Contrato; os servidores Julio Cezar Afonso Pereira, Adjunto II, ID Funcional Nº 4423152-0 e Jorge Luiz Coutinho Marcucci, Técnico em Engenharia Civil, ID Funcional Nº

5119043-5, como Fiscais do Contrato; o servidor Matheus Lustosa de Albuquerque, Assessor III, ID funcional nº 5136561-8, como Suplente do Gestor e da Comissão de Fiscalização.

Art. 3º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 4º - Fica autorizado o início da execução dos serviços a partir da vigência da presente Portaria, cuja comunicação deste ato à contratada deverá ser efetivamente encaminhada pelo Gestor do Contrato.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar do dia 17/09/2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental

Id: 2596753

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

DESPACHO DO DIRETOR DE PÓS-LICENÇA
DE 14/11/2023

***PROCESSO Nº SEI-E-07/002.1325/2014 - INDEFIRO** o requerimento de impugnação, apresentado pela de C.R ALMEIDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBOS E PERFIS DE ALUMÍNIO, e mantenho integralmente o Auto de Infração nº SUPMEPEAI/00149789, bem como a sanção de multa simples, no valor de R\$ 2448,31, uma vez que ficou comprovado o não atendimento às exigências contidas na Notificação SUPMEPNOT/00028492, em transgressão ao art. 81, da Lei Estadual 3.467/2000.

*Republikado por incorreção no original publicado no D.O. de 26/09/2024.

Id: 2596774

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 26/09/2024

PROCESSO Nº SEI-020001/003797/2024 - AUTORIZO a inclusão do produto METRIK 500 (CDSV/RJ nº 2202) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela empresa ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA., CNPJ 01789121000127, em cumprimento ao art. 6º, § 1º da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº SEI-020001/004130/2024 - AUTORIZO a inclusão do produto AGREGUS (CDSV/RJ nº 2199) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela empresa OXON BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA., CNPJ 07224503000190, em cumprimento ao art. 6º, § 1º da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº SEI-020001/000044/2024 - AUTORIZO a inclusão do produto DONTOR ULTRA (CDSV/RJ nº 2194) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela empresa CTVA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA., CNPJ 47180625000146, em cumprimento ao art. 6º, § 1º da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº SEI-020001/002918/2024 - AUTORIZO a inclusão do produto FIDELE (CDSV/RJ nº 2193) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela empresa CTVA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA., CNPJ 47180625000146, em cumprimento ao art. 6º, § 1º da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº SEI-020001/004316/2024 - AUTORIZO a inclusão do produto ARCALIS (CDSV/RJ nº 2197) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela empresa ALTA-AMÉRICA LATINA TECNOLOGIA AGRÍCOLA LTDA, CNPJ 10409614000185, em cumprimento ao art. 6º, § 1º da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº SEI-020001/004317/2024- AUTORIZO a inclusão do produto SHIFT (CDSV/RJ nº 2198) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela empresa ALTA-AMÉRICA LATINA TECNOLOGIA AGRÍCOLA LTDA., CNPJ 10409614000185, em cumprimento ao art. 6º, § 1º da Lei nº 6.441/2013.

PROCESSO Nº SEI-020001/004800/2024 - AUTORIZO a habilitação do engenheiro agrônomo JOSÉ GUILHERME OLIVEIRA RAMPAZIO, CPF 17383157702 para a prescrição da Receita Agronômica no Sistema de Controle Informatizado de Monitoramento de Agrotóxicos, em cumprimento ao art. 3º da Resolução SEAPPA nº 20, de 06 de agosto de 2018.

PROCESSO Nº SEI-020001/004313/2024 - AUTORIZO a inclusão do produto BENEVIA OD (CDSV/RJ nº 2195) no Cadastro Estadual de Agrotóxicos Fitossanitários, requerido pela empresa FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA., CNPJ 04136367000198, em cumprimento ao art. 6º, § 1º da Lei nº 6.441/2013.

COORDENADORIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

DESPACHO DO COORDENADOR
DE 26/09/2024

PROCESSO Nº SEI-020007/002910/2021 - AUTORIZO o registro dos produtos Carne resfriada de bovino sem osso - alcatra, Carne resfriada de bovino sem osso - picanha, Carne resfriada de bovino sem osso - contra-filé, Carne resfriada de bovino sem osso - lagarto, Carne resfriada de bovino sem osso - músculo duro, Carne resfriada de bovino sem osso - coxão mole, Carne resfriada de bovino sem osso - coxão duro, Carne resfriada de bovino sem osso - capa de filé, Carne resfriada de bovino sem osso - filé mignon, Carne resfriada de bovino sem osso - músculo mole, Carne resfriada de bovino sem osso - fralda, Carne resfriada de bovino sem osso - acém, Carne resfriada de bovino sem osso - paleta, Carne resfriada de bovino sem osso - cupim, Carne resfriada de bovino sem osso - patinho, Carne resfriada de bovino sem osso - peito, Carne resfriada de bovino sem osso - bananinha do contra-filé, Carne resfriada de bovino sem osso - maninha da alcatra e Carne resfriada de bovino sem osso - músculo do dianteiro, pertencentes à FRIRED ALIMENTOS LTDA. - SIE 1.280, conforme solicitação e parecer no presente processo.

Id: 2596732

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

DESPACHOS DO COORDENADOR
DE 26/09/2024

PROCESSO Nº SEI-020001/003169/2024 - AUTORIZO o registro do estabelecimento RANGEL LATICÍNIOS E AGROPECUÁRIA LTDA. sob o nº 212 SIE/RJ, classificado como Fábrica de Laticínios, pelo Programa Prosperar/Agroindústria, na Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da Superintendência de Defesa Agropecuária, conforme pareceres no presente processo.

PROCESSO Nº SEI-020007/006609/2023 - AUTORIZO o registro dos produtos Queijo minas frescal, Manteiga com sal, logurte integral com preparado de morango e Queijo parmesão, pertencentes à RANGEL LATICÍNIOS E AGROPECUÁRIA LTDA., conforme solicitação e parecer no presente processo.

Id: 2596736

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PESAGRO Nº 218 DE 25 DE SETEMBRO DE 2024
DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-SAÚDE PARA TODOS OS EMPREGADOS DA PESAGRO-RIO.

O PRESIDENTE DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere o artigo 31 do Estatuto Social da Empresa e consoante atos constantes nos autos do processo nº SEI 020003/000723/2024, e

CONSIDERANDO:

- que a conversão da obrigação de prestação de serviços de saúde, mediante contratação de empresa gestora de saúde, em outra obrigação, qual seja, a prestação de subsídio financeiro para o custeio das despesas com o plano de saúde dos empregados e seus dependentes foi devidamente aprovada por todas as instâncias da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, conforme pareceres 42/2022/PESAGRO/ASSJUR, PGE/RJ 63/2022/SEAPPA/ASSJUR/RASQ, com Aprovação da PG/10 e Visto e Aprovação pelo Procurador-Geral do Estado;
- a necessidade do obediência aos parâmetros estabelecidos no Acor-do PESAGRO-RIO/SINPAF assinado pela PESAGRO-RIO, em 24 de setembro de 2024; e
- a necessidade de estabelecer parâmetros para a implementação e regulação do novo "auxílio-saúde".

RESOLVE:

Art. 1º - O AUXÍLIO-SAÚDE tem natureza indenizatória e caráter assistencial, sendo devido, inclusive, durante o período de estágio probatório.

Parágrafo único: O auxílio-saúde não será devido aos empregados terceirizados, aos empregados vinculados a esta empresa a título de contrato de experiência, bem como aos pesquisadores convidados desta instituição.

Art. 2º - O AUXÍLIO-SAÚDE somente será devido aos empregados que, dentro do prazo de implantação e pagamento do benefício, manifestarem expressamente sua adesão e desistirem de ações judiciais individuais que visem o restabelecimento do plano de saúde.

§ 1º - Fica estabelecido que o prazo para a implantação do Auxílio-Saúde será de 30 (trinta) dias, contados ininterruptamente a partir da data da publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, sendo este termo inicial impreterível para a eficácia e observância dos direitos aqui regulamentados.

§ 2º - A adesão do empregado ao acordo deverá ser realizada mediante preenchimento do formulário de adesão, presente no **Anexo I** desta portaria.

§ 3º - O empregado deverá encaminhar o formulário de adesão, acompanhado do comprovante de desistência da ação judicial, quando aplicável, ao Setor de Pessoal da PESAGRO-RIO.

§ 4º - Caberá aos chefes dos centros de pesquisa reunir os empregados, no prazo máximo de 05 dias a contar da publicação desta portaria, para prestar esclarecimentos sobre o Auxílio-Saúde, direito destes, devendo entregar uma cópia do formulário de adesão e do acordo a cada um dos presentes, prestando auxílio no preenchimento, se necessário, devendo encaminhar ao Setor de Pessoal os formulários de adesão e comprovantes de desistência dos processos judiciais, quando necessário.

§ 5º - Somente será aceito como pedido de desistência do processo a petição assinada pelo empregado e por seu respectivo advogado, com o comprovante de protocolo no sistema PJe da Justiça do Trabalho.

§ 6º - Os pedidos de desistência apresentados sem a comprovação de protocolo nos sistemas eletrônicos da Justiça do Trabalho e sem a assinatura do advogado serão considerados documentos inválidos.

§ 7º - Os pedidos de adesão realizados após o período de implantação do benefício não gerarão pagamentos retroativos, sendo válidos a partir do cumprimento.

Art. 3º - O valor do auxílio-saúde para o exercício de 2024 e 2025 será de R\$ 810,74 (oitocentos e dez reais e setenta e quatro centavos), conforme estabelecido no processo nº SEI-020003/000604/2024.

Art. 4º - O desligamento do empregado da empresa ensejará a imediata e automática cessação do direito ao Auxílio-Saúde, ficando extinto o benefício a partir da formalização da rescisão contratual. Contudo, assegura-se ao empregado o direito ao recebimento do referido auxílio até a data de efetivo término de seu vínculo empregatício, sendo garantido o pagamento proporcional, se for o caso, até o último dia de exercício das suas atividades laborais junto à empresa.

Art. 5º - A Diretoria de Administração será responsável pela fiscalização do cumprimento dos requisitos estabelecidos no acordo e nesta portaria, atinentes ao gozo e fruição do benefício.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Niterói, 25 de setembro de 2024

PAULO RENATO MARQUES
Presidente

ANEXO I
PESAGRO-RIO

Formulário de Adesão ao Auxílio-Saúde e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento

Nome do Empregado: _____

Matrícula e ID: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

Lotação/Setor: _____

Data de Adesão: / / _____

Declarações:

Declaro e solicito, para todos os fins, adesão ao **Auxílio-Saúde**, conforme regulamentado pela Portaria PESAGRO SEI nº 218, de **25/09/2024**, estou ciente e de acordo com as seguintes condições:

- 1. Desistência de Ação Judicial:** Declaro que possuo ação judicial relacionada ao plano de saúde atualmente em curso e que manifesto minha desistência formal dessa ação, conforme a petição protocolada no sistema eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe), anexada a este formulário, caso aplicável.
- 2. Informações Verídicas:** Confirmo que as informações aqui fornecidas são verdadeiras, estando ciente de que qualquer tentativa de fraude ou falsificação de documentos resultará na minha exclusão do benefício e nas sanções legais cabíveis.
- 3. Prazo de Adesão:** Declaro estar ciente de que a adesão ao auxílio-saúde deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido pela Portaria e que o não cumprimento dos prazos implicará na perda do benefício para o exercício vigente.
- 4. Autorização para Desconto em Folha de Pagamento:** Autorizo expressamente a PESAGRO-RIO a realizar descontos em minha folha de pagamento, caso seja necessário o ressarcimento de despesas e valores indevidamente pagos a título de Auxílio-Saúde ou outros valores decorrentes de erros administrativos, conforme estabelecido em acordo ou por determinação legal.
- 5. Responsabilidade pelo Ressarcimento:** Estou ciente de que, em caso de erro ou pagamento indevido por parte da empresa, os va-

lores correspondentes poderão ser ressarcidos via desconto em folha, conforme o limite permitido por lei e mediante comunicação prévia do Setor de Pessoal.

6. Outras Condições: Declaro ter lido e compreendido todas as disposições da Portaria PESAGRO SEI nº 218/2024, de 25/09/2024 especialmente no que diz respeito às responsabilidades, prazos e valores do benefício, e que o presente requerimento constitui um compromisso legal de minha parte para com a PESAGRO-RIO.

Assinatura do Empregado:

(Local e Data)

Anexos (se aplicável):

Comprovante de desistência da ação judicial.

Instruções:

Este formulário deverá ser preenchido, assinado e entregue ao Setor de Pessoal da PESAGRO-RIO, junto com os documentos requeridos. Caso o empregado não possua ação judicial relacionada ao plano de saúde, basta entregar o formulário sem o comprovante de desistência.

Instrução e modelo ao departamento de pessoal

Declaração de Recebimento e Encaminhamento

Declaro que recebi e encaminhei o formulário do empregado _____ para o setor responsável, devidamente preenchido e com a documentação anexa.

Assinatura do responsável: _____ Data: -----

Este formato inclui a autorização para o desconto em folha de pagamento, permitindo à empresa ressarcir eventuais valores pagos indevidamente de forma segura e transparente, alinhado às obrigações legais e administrativas.

Id: 2596896

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 25/09/2024

***PROCESSO Nº SEI-020003/000028/2023- RECONHEÇO** a dívida, valor de R\$23.823,25 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos).

*Republikado por incorreções no original publicado no D.O. de 29.08.2024.

Id: 2597002

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

ATOS DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SECEC Nº 349 DE 26 DE SETEMBRO DE 2024

TORNA SEM EFEITO A RESOLUÇÃO SECEC Nº 343 DE 19 DE SETEMBRO DE 2024, PUBLICADO NO D.O. DE 20/09/2024, QUE DESIGNOU CLÁUDIA DE ARAUJO VIANA, ID FUNCIONAL Nº 37050052, PARA, SEM PREJUÍZO DE SUAS FUNÇÕES, ATUAR COMO GERENTE DE CONVÊNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, bem como o que consta no Processo Administrativo nº SEI-180001/002315/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Resolução SECEC nº 343 de 19 de setembro de 2024, publicado no D.O. de 20/09/2024, que designou CLÁUDIA DE ARAUJO VIANA, ID Funcional nº 37050052, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como GERENTE DE CONVÊNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC e designar a servidora RAFAELA FERREIRA DE ANDRADE, ID Funcional 42639492, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como GESTORA DE CONVÊNIO da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC conforme preceitos estabelecidos pelo art. 21, incisos e demais dispositivos de pertinência da citada função, disciplinados pelo Decreto Estadual nº 44.879/2014 e suas alterações.

Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2024

DANIELLE CHRISTIAN RIBEIRO BARROS
Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa

Id: 2596868

RESOLUÇÃO SECEC Nº 350 DE 26 DE SETEMBRO DE 2024

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO GERENTE E GESTOR DE PARCERIA NO CURSO DAS PARCERIAS FIRMADAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA- SECEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, bem como o que consta no Processo Administrativo nº SEI-180001/002315/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora CLÁUDIA DE ARAUJO VIANA, ID Funcional nº 37050052, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como GERENTE DE CONVÊNIO da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC e designar o servidor SILAS DE ANDRADE, ID Funcional nº 51365375, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como GESTOR DE CONVÊNIO da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC conforme preceitos estabelecidos pelo art. 21, incisos e demais dispositivos de pertinência da citada função, disciplinados pelo Decreto Estadual nº 44.879/2014 e suas alterações.

Art. 2º - Da presente Portaria deverá ser dado conhecimento imediato à Subsecretaria Adjunta de Projetos Especiais da Secretaria de Estado da Casa Civil e ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2024

DANIELLE CHRISTIAN RIBEIRO BARROS
Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa

Id: 2596869

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 26/09/2024

PROC. Nº SEI-180002/000175/2021: Consubstanciado no que consta dos autos do processo SEI-180002/000175/2021, em especial a ma-